



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Direitos geracionais

Crianças campistas e seus territórios: ambiente e serviços públicos

Clarisse Silva Barreto¹
Larissa do Nascimento Pessanha²
Juliana Thimóteo Nazareno Mendes³

Resumo: As crianças se constituem na relação com o outro e com seu território, por isso, compreender as infâncias significa considerar as diversidades sociais, raciais, econômicas, culturais e territoriais. Elas não são apenas influenciadas pelo contexto em que vivem, mas também são produtoras da realidade, em todas as suas dimensões. Assim, este artigo tem como objetivo analisar como as crianças pequenas percebem seus territórios de moradia e como eles influenciam nos seus modos de vida. Para tanto, foram ouvidas crianças na faixa etária entre 04 e 07 anos, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Os resultados indicam as questões que se fazem urgentes em seus territórios e que demandam ações efetivas do Estado enquanto agente promotor e garantidor dos direitos fundamentais desses sujeitos.

Palavras-chave: Infâncias. Territórios. Direitos.

Campistas children and their territories: environment and public services

Abstract: Children are constituted in the relationship with others and with their territory, so understanding childhoods means considering social, racial, economic, cultural, and territorial diversities. They are not only influenced by the context in which they live, but are also producers of reality, in all its dimensions. Thus, this article aims to analyze how young children perceive their home territories and how they influence their lifestyles. To do so, children between the ages of 04 and 07 were interviewed in the municipality of Campos dos Goytacazes/RJ. The results indicate the issues that are urgent in their territories and that demand effective actions from the State as a promoter and guarantor of the fundamental rights of these subjects.

Keywords: Childhoods. Territories. Rights.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira frequentemente olha para as crianças pelo viés da adultização, na qual as mesmas são vistas como “seres imaturos” ou “mini adultos”, ignorando o modo com que entendem a sociedade e a potência que elas possuem de transformação social. No entanto, as crianças são seres que participam ativamente da

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: clarissebarreto@id.uff.br

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: larissapessanha@id.uff.br

³ Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre e graduada em Serviço Social pela UFJF. Docente do Departamento de Serviço Social de Campos e do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, da UFF. E-mail: juliana_mendes@id.uff.br

sociedade na qual estão inseridas, uma vez que as mesmas não apenas incorporam os discursos que se apresentam à elas na ordem social, mas ressignificam e atribuem sentido sobre as suas respectivas realidades, podendo modificá-las. (GIBIM, A.; PIMENTA, D.; FINCO, D., 2020).

Ao falar sobre a criança como produtora da sociedade na qual se insere, é importante considerar a multiculturalidade e a multiétnicidade brasileira, caracterizando assim, a configuração de infâncias construídas a partir da identidade étnica, racial, cultural e territorial (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2020). Dessa forma, para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam a primeira infância faz-se necessário considerá-las na sua pluralidade e como agentes transformadores da sociedade.

Nesse ínterim, cada criança nasce em um momento histórico marcado por grupos culturais, em um certo espaço, no qual as interações sociais e sua identidade são construídas (LOPES, 2006). Logo, o território influencia significativamente nas relações das crianças com a cidade e entender os marcadores que perpassam cada território é necessário para a promoção e manutenção de políticas públicas voltadas para as infâncias.

A partir destas perspectivas, este artigo tem como objetivo refletir sobre como as crianças do município de Campos dos Goytacazes/RJ percebem seu território de moradia e como suas ações, comportamentos e interações são impactadas pela forma como este é produzido⁴. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa quanti qualitativa, em que foram ouvidas 165 crianças entre 04 e 07 anos de idade, bem como profissionais das escolas e das instituições onde as oficinas foram realizadas. Para a análise territorial foi considerada a divisão adotada pela Política Municipal de Assistência Social, que divide o município de Campos dos Goytacazes (RJ) em 13 territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

As crianças foram ouvidas por meio de oficinas realizadas em treze escolas municipais de Campos dos Goytacazes (uma em cada território dos CRAS), em uma

⁴ Este artigo é um recorte da pesquisa “Infâncias campistas: proteção e participação das crianças pequenas”, que contou com o fomento da Faperj e com o apoio da UFF/CNPq e do Programa Mais Ciência/PMCG. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Sociais, Sociais Aplicadas, Humanas, Letras, Artes e Linguística (CEP – Humanas), da Universidade Federal Fluminense.

comunidade quilombola, em um acampamento dos trabalhadores sem-terra, em um acolhimento institucional e em uma instituição que atende crianças com deficiência.

1. INFÂNCIA E TERRITÓRIO

A atuação na direção da promoção, manutenção e ampliação dos direitos das crianças deve levar em conta as especificidades da cidade, uma vez que elas interferem diretamente na vivência das crianças e como as mesmas são vistas e atendidas pelo território. Além disso, todo sujeito e grupo social possui uma identidade étnica, racial e cultural que deve ser considerada na formulação das políticas públicas, para que nenhum indivíduo ou povo seja invisibilizado (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2020).

Diante dessa afirmação, é importante considerar que no Brasil, a infância se faz sob a marca da desigualdade, na qual os sujeitos apresentam diferenças nas chances de viver e de desenvolver seu potencial humano. No município de Campos dos Goytacazes não é diferente, pois o mesmo apresenta uma pluralidade social, cultural, econômica, étnica e territorial decorrente de sua história escravocrata, coronelista e clientelista que forjam diferentes infâncias. Portanto, faz-se necessário pensar os territórios que constituem o município de Campos dos Goytacazes, uma vez que as crianças reestruturam a realidade que se mostra a elas, buscando expressão e voz nesses espaços.

Nessa perspectiva, o território no qual os sujeitos se encontram deve ser entendido como um território usado, pois o mesmo não se apresenta como uma coisa em si ou um conjunto de coisas superpostas, mas como um espaço ocupado pelas relações sociais que impactam a vivência em sociedade (SANTOS, 2006 apud LOPES, 2006). O território, então, é uma construção histórico-social formada a partir das relações de poder que perpassam a sociedade e o espaço geográfico (HAESBAERT e LIMONAD, 1999 apud LOPES 2006).

Portanto, estar em um território é ter uma experiência territorial corpórea, que reúne dimensões materiais (como acesso a bens, serviços e renda) e dimensões simbólicas (compartilhamentos socioculturais), que são produzidas e mobilizadas por seus habitantes (BARBOSA, 2012). Nesse sentido, os sujeitos não são apenas

influenciados pelo território, como também o compõem e, compondo-o, fazem o território existir.

No entanto, a formação do território está relacionada à forma como a sociedade se estrutura a partir do modo de produção capitalista, que tem na sua base, a exploração do trabalho pelo capital, produzindo um conjunto de desigualdades. Desigualdades que também se manifestam na produção do espaço, onde as classes que ocupam as posições mais baixas da sociedade tendem a ser destinadas aos espaços mais periféricos. Em decorrência da produção desigual dos territórios, os trabalhadores inseridos na periferia ficam afastados dos centros, não experimentando a vida urbana na sua totalidade (MENDES, 2015). As periferias sofrem com a falta de acesso às condições básicas à existência humana, decorrentes do descaso do Estado com a sua população e da expropriação a que está submetida pelo capital.

Ainda convém lembrar que a estrutura das cidades, pensadas através da lógica do capital, muitas vezes, não consegue atender as crianças nos espaços urbanos. Espaços esses que são indispensáveis para a produção de vínculos, encontro entre diferentes infâncias e para a construção do sentimento de pertencimento do sujeito.

Assim, a discussão do território como um espaço marcado por inúmeras variáveis que impactam a subjetividade dos sujeitos, bem como o modo de vida da população, é imprescindível para pensar as crianças nesses ambientes. Segundo Lopes e Fernandes (2018, p.205), as infâncias devem ser compreendidas a partir das produções socioespaciais, pois “estar aqui ou em outra localidade do planeta faz toda a diferença, quando se pensa na produção da própria diferença e da diversidade de infância”.

Nesse sentido, entender a criança como sujeito, e mais especificamente, como sujeito de direitos, é reconhecer que a conjuntura territorial da cidade impacta na sua constituição de sujeito, de modo que quando o Estado negligencia certos territórios em detrimento de outros, ele não só está interferindo na forma como elas são acolhidas e atendidas pelo município, mas interferindo na saúde, no bem-estar e no desenvolvimento psicossocial desta população. Portanto, a cidade se apresenta como um direito humano essencial que deve ser garantido, também, às crianças pequenas.

Ainda cabe destacar que é no lugar, onde o cotidiano se desenvolve, que os sujeitos vão operar suas relações e atribuir sentido sobre aquele espaço (MENDES 2015). Sendo assim, as crianças, ao se fazerem presentes no território, vão atribuindo sentido a

ele e regando-o de afeto, de acordo com o modo como experimentam e vivenciam aquele espaço. Esse sentido pode variar entre elas, pois as mesmas podem ocupar diferentes espaços dentro da cidade e cada criança pode atribuir um significado único para esses lugares de acordo com seus modos de vida.

Segundo Lopes & Vasconcellos (2006 apud LOPES, 2006)

toda criança é criança de um local; de forma correspondente, para cada criança do local existe também um lugar de criança, um lugar social designado pelo mundo adulto e que confira os limites da sua vivência; ao mesmo tempo toda criança é criança em alguns locais dentro o local, pois esse mesmo mundo adulto destina diferentes parcelas do espaço físico para a materialização de suas infâncias (p.39).

Sendo assim, mesmo que a sociedade não preste atenção nas suas crianças, não as entenda como seres participativos nos universos que fazem parte, as infâncias estão presentes e estão construindo o espaço social. Dessa forma, as crianças se apropriam, reconstróem e ressignificam o território que se apresenta à elas, criando suas territorialidades (LOPES, 2006) e significando a infância, na sua pluralidade.

2. A INFÂNCIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: BREVE APROXIMAÇÃO AOS SEUS TERRITÓRIOS

O município de Campos dos Goytacazes é o maior do estado do Rio de Janeiro, com 4.032,487 km² de extensão territorial, possuindo no ano de 2021, aproximadamente, 514.643 habitantes. Por muitas décadas suas principais atividades econômicas foram a indústria sucroalcooleira e agropecuária, bem como a produção de lavouras de café e cana-de-açúcar. Porém, atualmente, sua maior fonte de renda vem das atividades ligadas à extração de petróleo. Além disso, Campos foi uma das últimas cidades, no Brasil, a abolir a escravidão. Os efeitos negativos dessa abolição tardia são sentidos até hoje.

A maioria da população campista (90,3%) se encontra predominantemente no cenário urbano, enquanto, 9,7% residem em áreas rurais (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2018). Mesmo com o baixo índice de população inserida no campo, é importante salientar a existência destes cidadãos, incluindo as infâncias do campo, uma vez que essa deve ser compreendida nas suas especificidades para que as políticas públicas as alcancem, contemplando seus modos de produção e de existência.

De acordo com o IBGE (2010), o município apresenta 57,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 81,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 34,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

No que se refere a renda, 59,7% dos domicílios têm renda familiar per capita de até 1 salário mínimo mensal (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2022), sendo que as famílias monoparentais femininas, estão majoritariamente situadas na faixa de famílias “sem rendimento”, representando 79% desse grupo. Cabe ainda destacar que em março de 2021 haviam 187.900 pessoas cadastradas no Cadúnico, sendo que destas, 36,8% eram crianças e adolescentes.

Neste artigo iremos refletir sobre os territórios, a partir da divisão utilizada pela política municipal de assistência social. Sendo assim, foram considerados os 13 territórios de referência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), apresentados no Quadro 1, considerando os índices de vulnerabilidade.

Quadro 1 - Ranking de vulnerabilidade social dos territórios dos CRAS e percentual de crianças na primeira infância

Ranking	Territórios	Percentual de Vulnerabilidade	Porcentagem de crianças (0 a 6 anos) em relação a população total do território
1°	Travessão	418%	14,8%
2°	Ururáí	417%	15,6%
3°	Codin	417%	15,7%
4°	Goitacazes	402%	13,5%
5°	Custodópolis	397%	14,6%
6°	Parque Guarus	393%	14,2%
7°	Morro do Coco	388%	12,1%
8°	Jockey	386%	13,5%
9°	Penha	374%	13,2%
10°	Esplanada	370%	12,4%

11°	Jardim Carioca	362%	12,4%
12°	Chatuba	357%	11,7%
13°	Matadouro	334%	10,5%

Fonte: Tabela construída com base nos dados do Plano Municipal de Assistência Social de Campos dos Goytacazes - 2022-2025 (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2022).

Os territórios que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social são aqueles com a predominância de: pessoas em situação de extrema pobreza; famílias numerosas; incidência com arranjo monoparental de chefia feminina; pessoas com deficiência; idosos; crianças e adolescentes; pessoas com 18 anos ou mais com ausência de trabalho remunerado no último ano; pessoas com 25 anos ou mais que possuem apenas o Ensino Fundamental; pessoas que trabalharam no último ano no trabalho informal.

Os três primeiros territórios (Travessão, Ururá e Codin) são aqueles que também apresentam o maior número de crianças de 0 a 6 anos cadastradas no CadÚnico em março de 2021. Além disso, Travessão, Ururá e Goitacazes apresentam o maior quantitativo de pessoas inseridas no meio rural no município de Campos dos Goytacazes: 21,3%, 28,6% e 24,7% respectivamente.

A partir dessa breve contextualização, pode-se considerar que parte significativa das crianças pequenas residem em territórios com altos índices de vulnerabilidade social que carecem de maior investimento do poder público.

As crianças que participaram das oficinas disseram muito sobre seus territórios, apresentando elementos que se diferenciavam em relação a área urbana e rural, mas, também, que muito se assemelhavam em relação a temas como violência, infraestrutura urbana e acesso a serviços públicos.

Foi possível perceber que as ruas não foram pensadas para elas, pois relataram que há buracos e lâmpadas queimadas que dificultam a visualização das ruas ao anoitecer. Nesse mesmo contexto, foi pontuado a grande circulação de carros nas ruas que fazem com que essa não seja um local seguro.

Para exemplificar, no território de Travessão uma criança desenhou seu cachorro que morreu atropelado perto de sua casa e ao ser questionado se lá havia um grande movimento de carros, a mesma respondeu que sim. Ademais, no território de

Goitacazes, as crianças relataram que perto de suas casas passam muitos carros e uma criança disse que não brinca na rua por conta disso.

Foi possível observar que essas questões se apresentavam de modo recorrente em quase todos os territórios, sendo relatada pelas próprias crianças como um fator que as impedia de brincar, ou seja, de ressignificarem e atribuírem sentido sobre aquele espaço através do lúdico. Assim, a estruturação do espaço geográfico, delimitado pelo adulto, é marcado pela segregação espacial, uma vez que as próprias crianças do município sentem medo de circular pelo seu território e são impedidas de ocupar certos espaços na cidade, em função da forma como este espaço é (des)estruturado.

Outro ponto a ser destacado é que o território é constituído pelas relações sociais e de poder estabelecidas historicamente, sendo marcado pelo embate entre essas forças. Nesse âmbito, nota-se que o município de Campos é atravessado, fortemente, pela questão da violência. Em uma escola visitada no território de Codin, muitas crianças relataram que tinham medo de tiroteio na rua e um dos alunos disse que tinha *“o desejo de ficar calmo quando ouve barulhos de tiros”*. Esse território, que ocupa o segundo lugar no ranking de vulnerabilidade social, apresenta, como o território de Uruaí, os maiores quantitativos de pessoas em situação de extrema pobreza e de crianças de 0 a 6 anos no município.

Foram identificadas várias falas relacionadas aos episódios de violência que as crianças presenciam, como: *“queria transformar a rua em que mora, acabando com os tiros para poder andar sem perigo pela cidade”*. Outra criança falou que *“gostaria de ir para um lugar em Campos que não tivesse tiros”*. Por meio de suas falas ficou evidente como a rua se apresentava como um espaço distante delas, no qual o brincar era uma atividade pouco recorrente, pois *“tem tiros pelo alto mas tem tiro que também mata rapazes e moças”*, e por conta disso os seus responsáveis “prendem” elas em casa com medo de serem mortas na rua. Outra fala que apareceu entre as crianças foi: *“queria muito brincar com as crianças na rua, mas a rua é perigosa demais”*.

A violência é um fenômeno que se apresenta como fruto das relações sociais estabelecidas historicamente (CÔRTEZ, 2016), sendo possível observar que os bairros em que ocorreram um maior número de falas relacionadas à violência, foram os bairros marcados pela pobreza, a quem o direito à cidade é negado.

Nesse cenário, é preciso considerar a dimensão racial, pois são as infâncias negras que tendem a se constituir em maior número nestes territórios. Elas, portanto, crescem percebendo que a sociedade as enxerga como perigosas, o que impacta diretamente nas suas respectivas subjetividades e no modo como elas vão se enxergar diante dessa sociedade que se apresenta de forma racista. Ademais, essas crianças estão vivenciando o extermínio de sua própria população, o medo de serem atingidas por “balas perdidas” na rua, o medo de andar pelo território e serem violentadas. Logo, a violência contra a população negra e a sua banalização impacta na subjetividade das crianças negras e nas suas sociabilidades, ou seja, na maneira como vão se relacionar com seus territórios, com outras crianças e com o próprio brincar.

Portanto, observa-se um movimento de confinamento das crianças nas suas casas (LOPES e FERNANDES, 2018). Esse movimento não está presente somente no município de Campos dos Goytacazes, pelo contrário, ele pode ser verificado entre as grandes cidades, devido às situações de violência e ao padrão de desenvolvimento urbano que privilegia a indústria automobilística e o “mundo” adulto em detrimento das crianças e jovens. É válido destacar que essa medida de privação das crianças com o território a qual pertencem é um ataque à liberdade do direito de ir e vir das mesmas e da apropriação do espaço, impedindo que elas brinquem e, ao brincarem, reinventem a cidade.

Cabe destacar que os territórios também são espaços do convívio social, do encontro e das possibilidades de práticas sociais coletivas. Dessa maneira, as praças são equipamentos importantes pois enquanto espaço público e de lazer são locais onde são estabelecidas relações entre os membros da comunidade e entre eles com o território. De acordo com a Secretaria de Planejamento Urbano, Mobilidade e Meio Ambiente, em agosto de 2022, o município de Campos dos Goytacazes possuía 54 praças equipadas com play ground infantil. As praças se apresentam como um no qual são

Ao conversar com as crianças foi perceptível como elas gostam de usufruir desses espaços, no entanto, os equipamentos disponíveis não são suficientes e, muitas vezes, estão em precárias condições para o uso. Uma criança manifestou o desejo de que no bairro tivesse pracinhas para brincar. Uma aluna de Morangaba (área rural do território Esplanada) falou que não tem parquinho perto de sua casa e que só havia ido em um quando era bebê e “lá na cidade”. Essa fala chamou atenção, pois a aluna era moradora

de uma área rural e que, apesar de pertencer a Campos dos Goytacazes, aparentemente, não se sentia pertencente à cidade.

Os espaços de lazer, como as praças, são indispensáveis para a promoção de saúde e bem estar não só para as crianças, como para toda população. A carência desses espaços em alguns territórios ou a má preservação dos equipamentos devem ser levados em conta quando se pensa no aumento da violência em certas localidades ou na falta de relação dos cidadãos com seu território e comunidade.

Outra questão a ser considerada é o transporte urbano. A partir dos dados qualitativos, foi verificado a existência de poucas linhas de ônibus e poucas vans, além dos horários serem bastante reduzidos. Ao conversar com responsáveis e cuidadores que levavam seus filhos a uma instituição de atendimento a pessoas com deficiência, eles falaram que o acesso é difícil, pois o transporte público é muito ruim (trajeto inadequado, falta de horários, ônibus que não são adaptados, etc).

Em algumas localidades mais distantes, como em Santo Eduardo, a falta de transporte público de qualidade atrapalha os professores a se deslocarem do centro de Campos para as escolas, o que resulta em uma falta de funcionários em geral, e, conseqüentemente, no direito à educação de qualidade. Uma das profissionais desta localidade disse que *“a maioria dos professores concursados é de Bom Jesus de Itabapoana ou do estado do Espírito Santo, por serem mais próximos da localidade de Santo Eduardo”*. Assim, nota-se como a falta de meios de transporte que permitam a locomoção dos cidadãos dentro da própria cidade é uma problemática no município de Campos dos Goytacazes, impedindo que seus moradores se apropriem da cidade, exerçam seu direito de ir e vir e tenham acesso a serviços públicos de qualidade e de forma regular.

Em relação à infraestrutura e saneamento básico, o lixo nas ruas foi algo frequentemente relatado pelas crianças. No território da Penha, ao serem perguntadas se viam algum rio quando iam para escola, uma delas respondeu *“só se for rio de cocô”*. Algumas crianças de Goytacazes relataram haver buraco, esgoto e *“cheiro ruim perto de casa, cheiro de coco de cachorro”*. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), tendo como referência o ano de 2019, 25.179 pessoas no município de Campos dos Goytacazes não tinham acesso à água e 85.921 pessoas não tinham acesso a coleta de esgoto (PEIXOTO, AHMED, SALES, 2021).

Logo, apesar do acesso à água potável e ao saneamento básico serem direitos, nota-se a existência de regiões no município em que a lei não é efetivada, como se houvesse um apagamento do território. Diante dessa situação, as crianças estão sujeitas à uma exposição de riscos à saúde e ao seu bem estar.

Já com relação ao acesso à saúde, o município dispõe de um Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), 02 equipamentos que atendem apenas crianças, 53 equipamentos que atendem crianças e adolescentes, 44 Unidades Básicas de Saúde (das 75 do município) que atendem crianças e 9 Unidades de Pronto Atendimento. Cabe destacar que o atendimento de especialidades pediátricas no município conta com uma equipe multidisciplinar composta por 1 cardiologista infantil, 1 clínico geral, 9 pediatras, 1 dermatologista, 1 endocrinologista, 1 geneticista, 2 ginecologistas e 1 nefrologista pediatra, 1 neuropediatra e 2 otorrinolaringologistas (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2022).

As falas das crianças indicam fragilidades no sistema de saúde, principalmente das que residem nas áreas rurais, pois as crianças dessas localidades têm mais dificuldades para se locomoverem até os hospitais, fazendo com que seus responsáveis recorram, muitas vezes, a outras formas de tratamento sem o acompanhamento médico. Uma criança disse: *“não tem hospital perto de casa e nem postinho de saúde, então, quando fico doente, minha mãe só compra remédio”*.

Juntamente à essa dificuldade de acesso ao hospital, foi citado diversas vezes pelos profissionais das escolas, a dificuldade de um diagnóstico correto para as crianças com alguma deficiência intelectual, já que existe uma demora para marcação de consultas. De acordo com a diretora de uma escola: *“Isso tem sido uma dificuldade, pois a falta de articulação com a saúde tem atrasado em anos, o laudo das crianças, impedindo assim, o acompanhamento adequado.”*

Este cenário demonstra a insuficiência de profissionais especializados para atender as demandas específicas por saúde das crianças no município. Além disso, há concentração dos serviços na área central, o que tem dificultado o acesso em função do problema do transporte público, já sinalizado como ineficiente.

Portanto, a partir do exposto, percebe-se que as crianças estão atentas à forma como os espaços são estruturados, apresentando questões importantes como a violência, a falta de saneamento básico e infraestrutura, como das áreas de lazer e de transporte, e

a dificuldade de acesso à saúde, entre outros que, em função do espaço deste artigo, não foram aprofundados.

Contudo, as crianças não destacaram somente as problemáticas que vivenciam no território, mas também falaram sobre a potência que seus territórios poderiam vir a apresentar e das estratégias que constroem para deixá-los melhor. Para exemplificar, as crianças que fazem parte do acampamento Sem-Terra, situado no território da Penha, mostraram que gostam de brincar no reboque do carro, subindo em cima, pulando ou escorregando nele. Além disso, uma criança de Santo Eduardo disse que a sua rua é suja, mas que ela ajuda sua mãe a colocar o lixo para a coleta pública, afirmando que *“a gente não pode jogar o lixo na rua”*. Percebe-se, então, como as infâncias estão atentas a realidade na sua volta e podem ressignificá-la, como por exemplo, elas podem transformar o reboque do carro em um escorregador ou pode ajudar seus familiares na coleta de lixo, entendendo a importância disso para o município e meio ambiente.

Ademais, em uma organização da sociedade civil visitada no território de Goitacazes, as crianças, ao serem perguntadas sobre o que gostariam que tivessem em seus bairros, responderam: *“um pé de maçã, um parquinho, girassóis na rua e mais brinquedos perto de casa”*. Já as crianças do acampamento mostraram, com bastante animação, onde plantavam banana, batata doce, abóbora, aipim, tomate e, segundo elas, feijão mágico, como na história *“João e o Pé de Feijão”*. Elas também mostraram galinhas correndo pelo quintal e um açude com peixes. Uma outra criança, moradora de Morangaba, relatou que tinha uma fazenda e que gostava de montar a cavalo para tocar boi com seu pai.

Por meio dessas falas pode ser observado a importância do contato dessas crianças com o território e como isso é saudável para elas. Como pontuado acima, essas crianças querem árvores com frutas, flores, parques e brinquedos em seus bairros. As crianças querem ter o direito de circular livremente pela cidade em segurança, brincarem na rua, nos parques, interagirem com o meio ambiente, ou seja, usufruir do espaço de maneira plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como as crianças vão se sentir seguras no território na qual se inserem tem relação direta com a forma com que o Estado olha para esse espaço e oferece condições para que o mesmo se desenvolva. Portanto, o Estado e a comunidade devem participar da construção de um ambiente propício para as crianças, que por sua vez permite o desenvolvimento das potencialidades das infâncias e a construção de um sentimento de pertencimento do indivíduo com seu território. Esse sentimento de pertencer a um lugar é fundamental para que os sujeitos estabeleçam compromisso com seus respectivos territórios e comunidades. Se as crianças estão relatando medo ou dificuldades ao circular e brincar na rua, um espaço público que pode e deve ser apropriado por elas, significa que o Estado está falhando no processo de construção de uma cidade democrática.

No entanto, mesmo em cenários marcados pela falta de investimento estatal, as crianças criam formas divertidas, novas e diferentes de interpretar aquele ambiente e regá-lo de sentido. Com isso, podem realizar uma subversão dos valores que a sociedade atribuiu aos seus respectivos territórios e podem participar da construção de um novo espaço.

REFERÊNCIAS

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social. **Plano Municipal de Assistência Social 2022-2025**. Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro), 2022.

BARBOSA, Jorge. Da habitação como direito ao Direito à Moradia: um debate propositivo sobre a regularização das favelas da cidade do Rio de Janeiro. In:

BARBOSA, Jorge; LIMOND, Ester (orgs.). **Ordenamento territorial ambiental**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

CÔRTEZ, T. L. **Violência e reassentamentos urbanos a partir da mídia impressa**. Tese (Monografia em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, p. 115. 2016.

CARVALHO, José M. de. **Cidadania no Brasil, o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LOPES, J. J. M.; FERNANDES, M. L. B. A criança e a cidade: contribuições da Geografia da Infância. **Educação**, Porto Alegre, v.41, n.2, p. 202-211, maio-ago, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/30546/17256>. Acesso em: 24 nov. 2022.

LOPES, J. J. M. Produção do território brasileiro e produção dos territórios de infância: por onde andam nossas crianças? **GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos**, n.7, p. 1-16, 2006. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-1734.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2022.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno Mendes. **O ato de habitar: práticas socioespaciais no Conjunto Morar Feliz do bairro Penha, Campos dos Goytacazes/RJ**. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: UFF, 2015.

SAMPAIO Jr., Plínio de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 112, 2012.
REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (RNPI). **Plano Nacional Primeira Infância: 2010 - 2022 | 2020 - 2030**. Rede Nacional Primeira Infância (RNPI): Brasília, DF, 2020.